

Maquiavel e a “ética-política” Machiavelli and "ethics-politics"

GABRIEL ALLAN DREHMER¹

Resumo: Nosso ponto de vista aponta para o fato de que o tema do poder político enquanto estruturante da realidade social tem como subjacente uma questão ética, a qual parte de uma redefinição nos termos e no modo como eles se relacionam. Reestruturando a realidade política, Maquiavel fundamenta o que se convencionou chamar ‘ética-política’, que no nosso entender possui uma aceção imanente em oposição ao normativismo transcendente da filosofia medieval centrada na tradição agostiniano/tomista. Para demonstrar nosso ponto de vista, portanto, buscamos na análise da figura do governante centrada nos capítulos XV-XIX d’O Príncipe, os elementos condizentes com a nossa interpretação segundo os atos do indivíduo que se propõe estar a frente do governo.

Palavras-chave: Maquiavel. Ética. Poder. Príncipe.

Abstract: Our point of view points to the fact that the theme of political power as structuring of social reality has as underlying an ethical issue, which starts from a redefinition in the terms and in the way they relate. Restructuring the political reality, Machiavelli bases what is called 'ethics-politics', which in our view has an immanent meaning in opposition to the transcendent normativism of medieval philosophy centered on the Augustinian / Thomist tradition. In order to demonstrate our point of view, therefore, we look for, in the analysis of the figure of the ruler centered in the XV-XIX chapters of The Prince, the elements consistent with our interpretation according to the acts of the individual who proposes to be at the head of the government.

Keywords: Machiavelli. Ethic. Power. Prince.

Introdução

A ética ligada à política sempre foi um tema central do pensamento filosófico clássico (greco-romano), bem como das análises de cunho teológico feitas pelos filósofos escolásticos que encontravam em Platão e Aristóteles as autoridades necessárias para sagrar como verdadeira uma moral das intenções, dada aprioristicamente pelo elemento religioso envolvido nessa vertente filosófica. Para Aristóteles, como é sabido, a realização do homem na *pólis* diz respeito à sua essência racional, que respeita uma metafísica subjacente onde cada parte tende para o fim harmônico do todo. Assim, segundo o estagirita, o fim do homem é o bem viver, a felicidade que só pode ser atingida na vida em sociedade; portanto, na realização da política como bem comum ou sumo bem. Tal aceção da ética ligada à política prioriza uma interpretação do homem como ente que tende ao convívio em sociedade. Esse posicionamento por parte de Aristóteles é endossado pelo filósofo angélico. Tomás de Aquino não só compreende o homem como animal político, mas

¹ Graduado em Filosofia pela UNIOESTE. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9968-5745>. E-mail: gabrieldrehmer@hotmail.com.

também social. Isso quer dizer que o homem é naturalmente levado a congregar-se com seus iguais. Assim como a abelha está às voltas com a rainha para formar a colméia, também o homem necessita de um referencial político para realização de suas potencialidades naturais².

Maquiavel não parte dessa visão, digamos, otimista da natureza humana em nenhum aspecto possível de paralelo entre o autor florentino e o patrono da escolástica na baixa idade média. Maquiavel, ao contrário, parte de uma visão “pessimista” do homem de natureza amoral. Desta forma, o autor florentino se distancia da realidade ética aludida tanto por Aristóteles quanto por Tomás de Aquino. Disso decorrem muitas interpretações, como no caso de Cassirer (CASSIRER, 2003), segundo o qual o autor florentino representaria um ponto de ruptura total para com a questão ética e sua relação com a política. Nós não partiremos dessa interpretação uma vez que, ao nosso entender, Maquiavel não exclui a ética de suas preocupações, nem empreende uma inversão dos termos como somos levados a crer por aqueles que vilanizam o secretário, mas reestrutura a relação entre ética e política segundo as relações socialmente calcadas no conflito civil. Nossa análise, pois, se baseia na interpretação de Maquiavel acerca dos atos de governo do príncipe e sua necessidade de flexibilização moral para mostrar que, mesmo sob uma nova roupagem, a ética aqui se faz presente ao se basear no solo imanente onde se situa o olhar do súdito que julga o ser pelo parecer.

Portanto, em um primeiro momento, buscamos situar-nos no contexto da “ética-política” proposta por Maquiavel como elemento de ruptura entre o governo e a interpretação metafísica da política tal como entendida aos moldes do normativismo ético presente na filosofia medieval segundo o pensamento tomista, responsável por atualizar a filosofia aristotélica junto aos moldes da tradição cristã. Depois de situado o solo a partir do qual o autor florentino propõe sua argumentação posterior, passamos à análise da conduta individual do príncipe segundo a necessidade imposta pela relação de dualidade entre *virtù* e *fortuna*. Tal procedimento nos permite entender a ação do príncipe como vinculada à ontologia do poder, referente aos modos de governo elencados pelo recurso à originalidade da obra em questão, *O Príncipe*, como movimento de inovação no terreno político. Desta forma esperamos relacionar a ação política ao seu conteúdo propriamente filosófico, que não se resume a uma ação situada quando responde a uma relação estruturante da realidade latente e que, portanto, não se acaba em um argumento puramente sociológico por parte de Maquiavel, ainda que este se faça presente³.

² A metáfora tomista da colméia como analogia entre o mundo humano e animal é bem conhecida. A partir dela Tomás de Aquino atrela a sua compreensão política ao elemento social sob um aspecto naturalista, sendo que, no seu entender, o homem é naturalmente um animal político e social. Segundo o próprio autor “é natural do homem viver em sociedade de muitos” (AQUINO, 2011, p. 131).

³ Divergindo da opinião de que Maquiavel seria o fundador da ciência política, resumindo seu pensamento a ela, defendemos que o autor florentino é ainda mais determinante em seu contexto

Segundo nosso ponto de vista, pois, a questão ética responde ainda pelo viés filosófico o qual é possível alcançar a partir da crítica maquiaveliana à moral metafísica, em uma proposta de compreensão do político por meio do imanente presente no tempo que se expressa pela ação política inscrita no contexto histórico.

Virtù e fortuna: a ética do imanente

Em sua obra homônima ao autor florentino (SKINNER, 2010), Skinner traça um perfil crítico/biográfico da obra maquiaveliana pontuando questões centrais de seu pensamento ao mesmo tempo em que resgata da vivência e das cartas do autor as lições que posteriormente fomentaram suas reflexões já maduras acerca do principado e do seu republicanismo.

Em primeiro lugar, tendo em vista o centralismo que a obra assume sob o eixo presente sob tal conceito, o comentador resgata a virtude⁴ em seu sentido clássico para situá-la segundo o contexto interpretativo de Maquiavel. Como é sabido, as transformações ocorridas com o conceito de virtude no decorrer da tradição clássica modificaram essencialmente seu significado. O que antes dizia respeito ao ideal cívico sob uma conotação propriamente política, passa a representar uma qualidade da consciência em respeito a uma ética das intenções. Neste sentido, em detrimento da segunda acepção do termo, a virtude ganha um panorama transcendente, visto que diz respeito a um ponto de vista ético normativo de acepção metafísico/teológica. Maquiavel não se restringe a essa significação da virtude como qualidade extramundana, mas pensa-a como um atributo de civilidade no sentido de que versa acerca do bem da comunidade política, mais próxima ao ideal romano. Centrada na ótica principesca, a virtude, ou *virtù*, como ficou conhecida na interpretação do autor florentino, ganha traços próprios quando lança mão de um expediente que toma a política como fim em si mesmo, deslocando-a do campo transcendente da moral finalista.

Segundo Skinner (2010, p. 52):

Seguindo seus autores clássicos e humanistas, ele [Maquiavel] trata a *virtù* como aquela qualidade que permite a um príncipe enfrentar os golpes da *fortuna*, atrair o favor da deusa e elevar, em decorrência disso, aos pináculos da fama de príncipe, adquirindo honra e glória para si e segurança para o reino.

filosófico. Portanto, não resumimos nossa interpretação à da ciência política, ainda que essa se faça presente numa possível interpretação do nosso autor, mas lançamos mão de um viés filosófico sobre o qual buscamos na teoria maquiaveliana um sentido mais amplo onde aparecem os desejos em seu antagonismo estruturante da sociedade.

⁴ O termo “virtude” aqui aludido busca ilustrar no seu sentido clássico o ideal cívico proveniente do pensamento romano, sobretudo de Cícero, onde a moral era uma moral da *pólis*. Ao que segue, quando o termo aparecer em sua acepção propriamente maquiaveliana nos referenciamos a ele sob a alcunha de *virtù*, explorando o sentido propriamente maquiaveliano do termo.

Como vemos, a *virtù* tem como objeto a glória e o bem estar da cidade. Neste sentido, a estabilidade ganha duas nuances que se comunicam e determinam mutuamente. A glória, objetivo do príncipe, se dá num movimento de preservação do estado de coisas segundo os desejos envolvidos na tessitura do real sob seu aspecto conflitual⁵. Uma parte depende da outra e só há permanência quando ambas estão em sintonia. Nem o príncipe subsiste por si só, tendo em vista a impermanência que representa um governo que não possui legitimidade, nem o povo se sustenta perante o conflito civil sem que haja a mediação do príncipe.

Sobre a originalidade de Maquiavel em relação à tradição do pensamento clássico por meio da redefinição do conceito de *virtù* segundo a necessidade de flexibilização do campo moral, escreve Skinner (2010, p. 57):

Agora fica evidente que a revolução empreendida no gênero dos manuais de aconselhamento aos príncipes se baseava, em verdade, na redefinição do conceito central de *virtù*. Ele endossa o postulado convencional de que *virtù* é o nome que designa daquela série de qualidades que permite ao príncipe aliar-se a *fortuna* e conquistar a honra, glória e fama. Mas ele dissocia o termo de qualquer ligação necessária com as virtudes cardeais e as virtudes principescas. Em lugar disso, Maquiavel sustenta que a característica definidora de um príncipe realmente virtuoso é a disposição de fazer o que dita a necessidade – seja a ação má ou virtuosa – a fim de alcançar seus fins mais altos. Assim, a *virtù* passa a designar exatamente a qualidade de flexibilidade moral indispensável a um príncipe⁶.

54

A *virtù*, nesse sentido, ganha um viés voltado para a prática de uma ação fundadora que se pretende perpetuar-se no tempo e que para tal responde à necessidade patente com a certeza de um ato condizente e eficaz. A *virtù* do político, pois, se dá na permanência da ordem das coisas, esta que surge como uma preocupação voltada para o bem da comunidade entendida enquanto corpo social. A corrupção do tempo se dá quando a necessidade não é almejada tendo em vista suas exigências, isso em detrimento de uma conduta normativamente calcada em uma demanda que não é propriamente política, mas exclusivamente moral. A flexibilização da moral no campo político é a qualidade central que assume o governante como aquele que faz uso da imagem para realçar as nuances do problema por meio de uma ótica voltada para o sucesso do agir. O novo critério para a moral do príncipe, então, é o do sucesso entendido como meio de alcançar a

⁵ O conflito civil, expressão central da liberdade política no pensamento de Maquiavel, baseia-se no corpo social e seu antagonismo desiderativo a partir do qual o ator político age segundo seu modo de governar, sem suprimir o conflito, mas utilizando-se do desejo popular de não opressão em oposição ao desejo contrário de dominação por parte dos grandes, para desafogar os maus humores criando a possibilidade do *vivere libero*.

⁶ Esses “fins mais altos” referidos por Skinner, como pontuaremos no segundo momento do texto, não representam um ideal egoístico, mas o bem da própria comunidade pela relação simbiótica entre o príncipe e o súdito que, juntos, conformam o tecido social que representa o político em ato.

permanência do estado frente ao tempo. Abstraindo os termos, o governante, representando a *virtù* enquanto capacidade do agir, se opõe ao tempo na forma da deusa *Fortuna*, que devora tudo que está diante de si. Para responder à *Fortuna* é preciso saber domá-la, como diz Maquiavel:

Estou convencido de que é melhor ser impetuoso do que circunspecto, porque a sorte é mulher e, para dominá-la, é preciso bater-lhe e contrariar-lhe. E é geralmente reconhecido que ela se deixa dominar mais por estes do que por aqueles que procedem friamente. A sorte, como a mulher, é sempre amiga dos jovens, porque são menos circunspectos, mais ferozes e com maior audácia a dominam (*O Príncipe*, cap.XXV)⁷.

Daí resulta que, como diz Cofone (2009, p. 323), numa relação tipicamente dual, a *virtù* prescinde da *fortuna* quando esta última representa não só uma força em oposição, mas a ocasião mesma que se dá como abertura para ação humana:

A política, para Maquiavel, é a arte de lidar com a *fortuna*; ou seja, com a pura e incontrolável contingência dos eventos. A *virtù*, por sua vez, é a capacidade de executar isso, incluindo tanto os instrumentos do poder como as qualidades pessoais que se possui para fazê-lo. A *virtù* e a *fortuna* se encontram, deste modo, em uma relação antitética na qual uma luta pra dominar a outra, e por vezes em uma relação simbiótica, na qual a *fortuna* apresenta ao governante as oportunidades que com sua *virtù* pode aproveitar.

55

Como vemos, a flexibilização implica numa reestruturação do substrato ético em relação à política; não se tratando de uma inversão nos termos, mas de uma redefinição da moral que passa da eternidade ao âmbito temporal das ações humanas, do divino ao profano segundo a ação política⁸. A questão n’*O Príncipe* está diretamente ligada aos atos de governo e, portanto, à conformação histórico/social do político. A figura do ator político para a análise da “ética política” em Maquiavel é central. Neste sentido, a questão converge para os atos de governo segundo a figura do príncipe, centrada no argumento da simulação e dissimulação.

Maquiavel coloca o problema nos termos presentes no título ao capítulo XVII onde pergunta “se é melhor ser amado ou temido” (*O Príncipe*, cap. XVII). Esses dois termos, amado e temido, são expandidos para outros pares opostos como liberalidade/parcimônia e desprezo/ódio de modo que nos mostram a incapacidade do ator político em conciliar-se com todas as qualidades ditas “boas”. Portanto, sendo necessário escolher entre uma e outra, sem perder sua qualidade fenomênica,

⁷ Trataremos da obra de Maquiavel pelo que já se convencionou entre os comentadores do autor florentino. Portanto, citaremos na sequência do nome da obra o capítulo do qual foi extraído o trecho em questão. Ex. (*O Príncipe*, cap.).

⁸ Ao nosso entender, a ética aqui aludida não tem como correlato uma moral específica, mas implica numa reavaliação do meio segundo uma valoração política; daí o termo “ética-política”, a qual não se baseia numa moral de fins tipicamente teleológica, mas na permanência do político frente ao tempo.

é preciso ser/parecer. O que à primeira vista parece um paradoxo entre dois opostos, ser/parecer, logo que elucidado pelo realismo maquiaveliano ganha os contornos próprios do político. É preciso parecer ser sem necessariamente sê-lo. Esse é um dos temas centrais d’*O Príncipe* e, a nosso ver, é por meio dele que podemos articular todo conteúdo subjacente referido nos tópicos precedentes à “moral da *virtù*”. É nos atos do príncipe que o político em seu sentido estruturante, ontológico, assume expressão na concretude do real. Portanto, passamos a uma breve análise da relação ser/parecer tomando como central a figura do príncipe em relação aos atos de governo para melhor entendermos como se articula a ética e qual o seu lugar no pensamento maquiaveliano.

A nova moral do príncipe: simulador e dissimulador

Como dito anteriormente, as qualidades do príncipe tal como ilustradas por Maquiavel não necessariamente assumem como padrão de conduta as chamadas virtudes cardeais ou principescas. A nova abordagem proposta pelo autor florentino se baseia numa visão técnica⁹ da realidade em relação ao poder político. Ainda que não se resuma à semelhante ponto de vista, a ética-política tem como pano de fundo dois elementos que, quando em consonância, geram a estabilidade do governo; a saber: a necessidade na forma da contingência que surge perante o contexto onde atua a deusa *Fortuna* e o critério do sucesso como um *a posteriori* da ação que se legitima no seu objetivo mesmo. Longe de estar a par da máxima erroneamente atribuída ao secretário, de que “os fins justificam os meios”, a ética-política busca no social a conformação necessária aos meios que assume o próprio jogo político. Neste sentido, como diz Maquiavel, se não pode ser bom¹⁰, segundo a necessidade de flexibilização do ator político, ao menos deve parecer sê-lo. Segundo o próprio autor, “o príncipe não precisa possuir todas as qualidades acima citadas [aquelas ditas boas em si mesmas], bastando que aparente possuí-las” (*O Príncipe*, cap. XVIII). Logo, ainda que seja preferível ser bom, nem sempre essa qualidade do indivíduo está em analogia com as exigências da política. Mas é necessário parecer tê-la pelo fato de que o político assume como parâmetro para legitimação imediata dos seus atos, ainda que essa legitimação tenha seu termo no sucesso da ação, o olhar imediato.

Ecoando as palavras do autor florentino, nota Skinner (2010, p. 61) que:

⁹ O termo “técnico” aqui referido não tem como objetivo resumir a teoria maquiaveliana à semelhante compreensão. Diferente disso, usamos o termo no seu aspecto meramente retórico ao referir-nos a uma “parte” do pensamento maquiaveliano, que diz respeito ao cálculo da força na manutenção do poder político. Assim, o poder enquanto expressão do uso da força engloba a técnica, mas não se resume a ela, como gostaria Cassirer em sua obra *O mito do Estado* (CASSIRER, 2003).

¹⁰ Segundo Maquiavel, acerca do preferível, “Responder-se-á que se desejaria ser uma coisa e outra [ser amado e temido ao mesmo tempo] (*O Príncipe*, cap. XVII). Não podendo ter todas as qualidades boas e com elas manter o estado é preciso parecer tê-las utilizando-se do seu contrário.

Basta ao príncipe lembrar que, embora não seja necessário ter todas as qualidades usualmente consideradas boas, é indispensável parecer tê-las. E desejável ser considerado generoso, clemente e não cruel; é essencial geralmente parecer meritório. Assim, a solução é se tornar um grande simulador e dissimulador, aprendendo a habilidade de confundir astuciosamente os homens e fazê-los crer nos seus fingimentos.

O que está em jogo acerca de tal conclusão é o sentido qualitativo que o político assume para Maquiavel. Pois, onde só há o vulgo as relações se estabelecem no nível da aparência. Neste sentido, a política entendida em seu sentido próprio é ela mesma um puro jogo de aparências onde os elementos que se relacionam entre si, influenciando-se mutuamente, geram no real o panorama segundo o qual o político encontra na teoria a expressão mesma da *práxis* que lhe está implicada.

Em resumo:

Maquiavel começa por afirmar que todos entendem quão louvável é um governante que vive com integridade e não por ardis. Ele insiste que um príncipe não deve apenas parecer convencionalmente virtuoso, mas deve realmente sê-lo na medida em que as circunstâncias o permitam (SKINNER, 2010, p. 63).

Ou seja, no nível da ação, a necessidade latente assume como resposta necessária ao agente a flexibilização moral responsável por sustentar o governo ao mesmo tempo em que se faz presente na hora de simular e dissimular, de fazer crer que faz o bem sem necessariamente referir nas próprias ações um tal normativismo que porventura, na medida em que engessa a ação política, incorre na ruína da cidade. Mais uma vez aparece como critério de distinção das ações do príncipe a ocasião na forma da necessidade. O príncipe não deve dizer não à oportunidade de expressar uma *virtù* genuína, entendida segundo a moral clássica, mas somente até onde as circunstâncias o permitam, preservando sua capacidade de ser flexível.

57

Dos modos de proceder do príncipe

No início do capítulo XV Maquiavel reitera o intento de sua inovação, a saber, o de escrever algo de útil segundo a *verdade efetiva da coisa*. Aparece, portanto, seu caráter distintivo no trato do político por meio das ações do príncipe desvinculadas da moral tradicional segundo a máxima de que “é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade” (*O Príncipe*, cap. XV). O critério, pois, é o de saber usar da *virtù* segundo a capacidade de flexibilização moral em consonância com as exigências da *fortuna*, ou da necessidade.

Dito isto, Maquiavel dá ênfase na sua perspectiva de análise do político reiterando que seria de se esperar, num sentido abstrato, que o príncipe usasse de

toda virtude com o objetivo de ser louvado, mas, não podendo fazê-lo, deve ao menos cuidar para não ser odiado e desprezado. Pois:

[...] encontrando-se as coisas que parecem virtudes e que, se fossem praticadas, lhe acarretariam a ruína, e outras que poderão parecer vícios e que, sendo seguidos, trazem a segurança e o bem estar do governante (*O Príncipe*, cap.XV).

Nas palavras de Arnaut e Bernardo (2002, p. 99):

Nesse capítulo o autor se refere a um aspecto que fundamenta sua maneira de pensar: a diferença entre o real e o idealizado. Ao separar esses dois mundos, Maquiavel analisa as qualidades necessárias ao exercício do poder pelo governante.

Deixando de lado o critério do dever-ser, Maquiavel mostra que as exigências do político enquanto exercício de manutenção da ordem estabelecida estão além de qualquer axiomática que traga consigo uma moral transcendente. O autor florentino aposta numa ética imanente, calcada na história e voltada para a *práxis* da ordem civil. Antes de salvar a alma, o político trata de resguardar-se da *fortuna* na tarefa incessante de manutenção do estado de coisas.

Segundo Arnaut & Bernardo (2002, p. 101):

Como Maquiavel afirmou, o objetivo do governante deveria ser o de manter seu Estado, de realizar grandes obras. O conceito de *virtù* n’*O Príncipe*, assim, denota a qualidade de flexibilidade moral que se requer de um príncipe, ou seja, ele deve ter uma mente pronta a se voltar para qualquer direção, conforme os ventos da *fortuna* e a variabilidade dos negócios o exijam.

No capítulo XVII, Maquiavel ilustra como se dá a aplicabilidade de sua máxima acerca das qualidades do príncipe. O autor nos mostra como a piedade em oposição a uma ação cruel pode ser danosa quando a necessidade exigir eficácia na ação. Ao que surge a questão central do capítulo presente, de se é preferível ser amado ou temido. Diz o secretário nos seguintes termos que:

Se soa melhor ser amado ou ser temido ou vice-versa. Responder-se-á que se desejaria ser uma e outra coisa; mas como é difícil reunir ao mesmo tempo as qualidades que dão aqueles resultados, é muito mais seguro ser temido que amado, quando se tenha que falhar numa das duas (*O Príncipe*, cap. XVII).

O argumento recai sobre a maldade humana no sentido de que ser temido reúne maior possibilidade de manter a coesão nos momentos de crise, ao que a ingratidão muito mais facilmente deixa o príncipe na mão do que o medo incutido em sua figura. Diz Arnaut (2002, p. 99):

Os homens, segundo Maquiavel, seriam voláteis de acordo com a situação e ingratos pelos benefícios recebidos, e somente coagidos, sabendo que seriam punidos em caso de desvio, os homens iriam se obrigar com maior vigor com o governante (ARNAUT&BERNARDO, 2002, p.99).

No quarto capítulo por nós aqui referido Maquiavel empreende o núcleo de sua argumentação acerca da conduta do príncipe em relação à dualidade ser/parecer. Ao que segue, o capítulo XVIII é seminal para nossa argumentação ao pontuar nos atos de governo a qualidade própria de um príncipe de *virtù*. É neste capítulo que Maquiavel faz sua distinção célebre acerca das qualidades do homem e da besta. Diz o secretário que:

Deves saber, portanto, que existem duas formas de se combater; uma, pelas leis, outra, pela força. A primeira é própria do homem; a segunda, dos animais. Como, porém, muitas vezes a primeira não seja suficiente, é preciso recorrer à segunda. Ao príncipe torna-se necessário, porém, saber empregar convenientemente o animal e o homem (*O Príncipe*, cap. XVIII).

Tal conceituação por parte do secretário florentino não soa contraditória em relação à argumentação empreendida na primeira metade de sua obra acerca dos principados, pelo contrário, se baseia primordialmente na sua proto-antropologia dos desejos segundo a imanência da vontade para situar a ação do príncipe sob o olhar do vulgo. Sob tal ponto de vista a regra é clara, ao príncipe “é necessário disfarçar muito bem as qualidades e ser bom simulador e dissimulador” (*O Príncipe*, cap. XVIII). Pois, a força proveniente das qualidades da besta, como ilustrado pelo personagem mitológico do centauro, meio homem e meio animal, possui por sua vez um duplo aspecto, se por um lado é preciso usar a força, por outro, faz-se necessário o uso da astúcia no momento de dissuadir os homens, o vulgo, da necessidade da ação. Tal expediente faz-se necessário para não ser odiado, já que se não for possível ser amado, que ao menos não angarie o ódio do povo. Afinal, cabe ao príncipe legitimar o seu poder fazendo-se necessário ao conflito presente em todo substrato social.

Primordialmente, Maquiavel situa a figura do príncipe segundo a dimensão da aparência, onde se faz necessária a simulação das qualidades referidas, tendo em vista o lugar do povo no jogo de aparências. Este último se mostra determinante quando da adesão aos atos de governo que, sendo bem sucedidos, segundo o critério da eficácia, tornam-se legítimos por sua capacidade de manutenção da ordem sob a ótica do povo. Ao que segue Maquiavel dizendo:

E há de se entender o seguinte: que um príncipe, e especialmente um príncipe novo, não pode observar todas as coisas a que são obrigados os homens considerados bons, sendo frequentemente forçado, para manter o governo, a agir contra a caridade, a fé, a

humanidade, a religião. É necessário, por isso, que possua ânimo disposto a voltar-se para a direção a que os ventos o impelirem, e, como disse mais acima, não partir do bem, mas podendo, saber entrar para o mal, se a isso estiver obrigado (*O Príncipe*, cap. XVIII).

A impossibilidade de ser bom em todas as ocasiões, uma imposição da *fortuna*, é sobre o que recai o argumento do florentino quando diz ser preciso saber adentrar ao mal. Longe de corroborar uma posição moralista, Maquiavel nos mostra que a força responde por uma lógica própria, a qual incorre numa conduta determinada pela inteligência na qual está implicado o bom uso da força enquanto expressão da potência. Lefort ecoa o ponto de vista maquiaveliano quando nos diz que:

O príncipe aparece então como ator cuja conduta é determinada pelas exigências da situação e, por conseguinte, cuja potência própria é indissociável da inteligência que adquire da relação de potência: é ou não é capaz de reconhecer esta ordem e se o conseguir é sob a condição de dominar a condição dos eventos, de resistir à tentação de utilizar dos meios que, por serem eficazes a curto prazo, estão destinados a voltar-se contra ele (LEFORT, 1972, p. 356).

Portanto, o uso da força determinado pela lógica da ação, enquanto potência, prescinde da figura da raposa¹¹ sem a qual o poder se acaba num puro ato de violência impossível de se perpetuar no tempo, pois não tem a qualidade de legitimidade fruto da simulação e da dissimulação da própria aparência. Pois, “os homens em geral, julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, pois todos podem ver, mas poucos são os que sabem sentir” (*O Príncipe*, cap. XVIII).

A conclusão a que chega Maquiavel é de que, onde só há o vulgo que julga pela aparência, cabe ao príncipe prover os meios em vista do sucesso da ação que repercute em um bem para a comunidade e, conseqüentemente, na manutenção da ordem e na legitimidade do poder. Portanto, conclui:

Procure, pois, um príncipe, vencer e conservar o Estado. Os meios que empregar serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo é levado pelas aparências e pelos resultados dos fatos consumados, e o mundo é constituído pelo vulgo, e não haverá lugar para a minoria se a maioria não tem onde se apoiar (*O Príncipe*, cap. XVIII).

Vemos, pois, como se interligam as questões às quais tem como central o conceito de *virtù* em oposição à *fortuna*. O poder político como estruturante das relações, implicado na conquista e manutenção do governo, tem como ponto central

¹¹ Segundo Maquiavel, a analogia entre o centauro, meio homem e meio animal, está para o homem enquanto indivíduo dividido pela mesma relação, sendo o componente bestial bipartido entre o leão e a raposa, cada qual representando uma qualidade do ator político, a saber, a força, no caso do primeiro, e a astúcia, no segundo.

a figura do ator político, que age em consonância com uma visão realista a qual se refere a uma ética imanente com objetivo propriamente político. Desta forma, a figura do príncipe, além de um recurso metodológico, assume papel central na análise maquiaveliana acerca do poder e da manutenção do estado de coisas. É por meio do príncipe que chegamos aos pontos que articulam toda filosofia política presente no pensamento maquiaveliano a partir de sua obra sobre o governo monárquico. A ética que aqui se faz presente nas palavras de Maquiavel ecoa nos modos de governo a crítica do autor florentino a teologia enquanto preceito normativo, sobretudo no que tange a filosofia tomista de matriz aristotélica, onde a moral decorre da lei eterna enquanto expressão do ser de Deus. Para Maquiavel, a ação política está vinculada ao tempo e diz respeito a uma visão histórica que assume o corpo social como matéria como conteúdo que o ator político assume no momento de dar forma às suas ordenações. A nova moral do príncipe é, pois, uma moral transitória que não implica em uma ética axiomática, calcada em pressupostos *a priori*, mas uma ética do momento presente, da realidade efetiva, cuja legitimação se dá nos atos do político tomados *a posteriori*, quando o resultado se liga ao objetivo de manter o estado de coisas.

Conclusão

Partindo da concepção ética em Maquiavel, a qual está intimamente ligada à ação política por meio do êxito calcado no bem da cidade, chegamos à conclusão de que as bases para o agir político, longe de responder por um normativismo ético de matriz transcendente, portanto *a priori*, diz respeito ao todo imagético que tem como eixo estruturante a figura do governante, no caso o príncipe. Para Maquiavel, o político é composto pelos olhares, pelo jogo de aparências que não se acaba em uma verdade transcendental, mas ecoa nos modos como os componentes do governo se relacionam em cada momento histórico. Cabe ao príncipe simular e dissimular, gerando aceitação legitimadora, mas não só ele tem essa função de compor o todo imagético que forma a “estética-política” maquiaveliana, também o povo representa seus desejos em oposição aos grandes, os quais da mesma forma buscam influência junto ao príncipe. Portanto, a percepção que nos salta aos olhos é de que a conduta individual do príncipe diz respeito não à exclusividade da posição que ocupa, mas do todo que representa a estrutura pela qual o político é percebido. Desta forma, a ação política centrada na figura do príncipe destoa da tradição moral quando precisa simular e dissimular ao mesmo tempo em que responde à necessidade de flexibilização do agente por meio das exigências que surgem em decorrência da demanda governamental. O príncipe possui o privilégio, se assim podemos dizer, de saber que está emulando a própria imagem e isso o faz singular em meio aos outros que, sem se darem conta, ao menos e sobretudo no caso do povo, compõem a cena que tomam como uma verdade absoluta que, em realidade, representa a coalisão de desejos em conflito. Desta forma, defendemos nosso

posicionamento segundo o qual a questão ética não é excluída das preocupações de Maquiavel, mas sofre uma resignificação quando passa a responder a ação política como meio da manutenção do poder. Tal manutenção não é inescrupulosa, mas tende ao bem da comunidade pela avaliação do olhar do súdito. Portanto, os atos de governo não podem ser arbitrários em relação à figura potencialmente tirânica do governante, pois, necessitam ainda basear-se num critério, a saber, na manutenção da ordem segundo os humores da cidade. Maquiavel não nos deixa mentir ao situar o tirano como um aquém em relação às figuras históricas dignas de glória junto aos homens, não bastando somente um agir qualquer, mas um agir calcado no político imagético como base de legitimação para ação política na construção de um *vivere libero*.

Em suma, cremos poder dizer que a questão ética em Maquiavel é central, pois a partir dela é possível articular por meio da estrutura do político os conceitos que dizem respeito a questões pontuais do pensamento do autor florentino, como a relação *virtù/fortuna* e a própria necessidade do agir em relação à tarefa do príncipe de manter o estado de coisas. Trata-se, portanto, de uma nova concepção ética voltada para os objetivos da política em sua compreensão propriamente filosófica.

Referências

- AQUINO, T. de. *Escritos políticos de Santo Tomás de Aquino*. Trad. Francisco Benjamin de Souza Neto. 2. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.
- ARNAUT, C. & BERNARDO, L. F. *Virtù e Fortuna no pensamento político de Maquiavel*. in: *Acta Scientiarum*. Maringá, PR, v.24, n.1, p. 91-102, 2002.
- ANDÚJAR, A. H. *El poder de la virtù en el príncipe de Maquiavelo*. In: *Deus Mortalis*. Cuaderno de Filosofía Política. Sevilla, v.2, n.3, p. 205-232, 2004.
- AMARAL, M. do. *Maquiavel e as relações entre ética e política*. In: *Ensaio Filosóficos*, v. 6, p. 25-37, 2012.
- CASSIRER, E. *O mito do Estado*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Códex, 2003.
- COFONE, I. N. *Maquiavelismo: concepto y significado. Uma lectura desde la virtù*. In: *Dikaion*, Chía, Colombia, v.23, n.18. p. 317-328, 2009.
- LEFORT, C. *Le travail de l'œuvre Machiavel*. Paris: Gallimard, 1972.
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe e escritos políticos*. Trad. Lívio Xavier, 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- SKINNER, Q. *Maquiavel*. Trad. Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2010.

Submissão: 14.05.2018 / Aceite: 27.07.2018.